UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL

A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Eliandra Gomes Marques

Santa Maria, RS, Brasil

2011

A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

por

Eliandra Gomes Marques

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Gestão Educacional.

Orientadora: Prof. Dra. Simone Freitas da Silva Gallina

Santa Maria, RS, Brasil

2011

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Especialização em Gestão Educacional

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

elaborada por

Eliandra Gomes Marques

Como requisito parcial para a obtenção do grau de
Especialista em Gestão Educacional

Comissão Examinadora:

_____

Simone Freitas da Silva Gallina, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

_____

Liliana Soares Ferreira, Dra. (UFSM)
(Membro)

_____

Mariglei Severo Maraschin, M.Sc. (IF-Farroupilha)

(Membro)

Santa Maria, RS, 05 de dezembro de 2011.

Às trabalhadoras e trabalhadores da Economia Solidária,
educadoras e educadores que fazem essa outra economia acontecer.

Aos meus filhos, Camila e Fernando, pela razão de aprender e apreender
constantemente as transformações da vida.

AGRADECIMENTOS

À Profª. Simone, pela confiança e intelectualidade em me orientar.

À banca examinadora pelas contribuições valiosas.

A todos os professores do Curso de especialização em Gestão Educacional pelos novos conhecimentos compartilhados durante as disciplinas cursadas.

Aos colegas pela troca e interação de conhecimentos mesmo à distância.

Aos professores Francisco Roberto Caporal; Tomás Villasante (UCM/ Espanha) pela indicação de bibliografias, socialização de materiais e diálogos.

À Universidade Federal de Santa Maria, que siga sendo pública, de qualidade e sem fronteiras.

À Karina, Caroline, Carina e Adriana Gomes pelo convívio virtual e presencial.

À Irmã Lourdes Dill, Projeto Esperança/Cooesperança, por acreditar em meu trabalho e me dar força para seguir o caminho da esperança.

À Katiúcia, Zadi, Marcos, Cláudia, Ângela, João, Rosana, Isabel, Aline e Tatiana do Rio Grande do Sul; ao Tchê, Vânia, Eloísa, Rute, Córa, Antônia, Jomar, Nilton, Filó, Pe. Dilmar, Jô, Maria Helena de Santa Catarina, elos de uma rede de educadores e educadoras.

Às educadoras e educadores da economia solidária por estabelecermos trocas de saberes, compartilharmos conhecimentos, construirmos outra sociedade.

À Eliane e Batista pela amizade cultivada sempre.

Á Zélia pelos diálogos, leituras e orientações.

À minha mãe, Sandra, pela luta pacífica por outra educação – transformadora e utópica, e por facilitar e incentivar meus caminhos por essa vida acadêmica.

Aos meus filhos, Camila e Fernando, pela solidariedade, amor, diálogo e cooperação instante-a-instante; ensinantes e aprendentes da autogestão.

Ao Felipe por com-partilharmos a complexidade dos conhecimentos e da vida dia-a-dia.

Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo,
os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.
Paulo Freire

Não é no silêncio que os homens se fazem,
mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão.
Paulo Freire

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Especialização em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

AUTORA: Eliandra Gomes Marques
ORIENTADORA: Profª. Dra. Simone Freitas da Silva Gallina
LOCAL E DATA DA DEFESA: Santa Maria, RS, 05 de dezembro de 2011.

Este estudo traz contribuições às discussões em torno da construção do projeto político-pedagógico da economia solidária no Brasil empregando metodologias participativas, que facilitam a compreensão dos sujeitos envolvidos no processo construtivo do projeto político-pedagógico devido à dimensão pedagógica que evidenciam. Problematiza a importância de a economia solidária pautar seu projeto político e social na perspectiva da práxis pedagógica transformadora e envolver educadores e educadoras nesse processo baseado nos princípios, práticas e metodologias da autogestão e da educação popular. Busca através do procedimento metodológico da pesquisa-ação unir os diferentes conhecimentos a fim de facilitar a reflexão sobre a prática vivida melhorando-a, compreendendo-a e transformando-a. A proposição de metodologias participativas em atividades formativas contribuiu para a interação através do diálogo entre os envolvidos, favorecendo a troca de saberes e a geração do conhecimento e elevação do nível de consciência dos sujeitos. Concluiu-se que os referenciais teórico-metodológicos da pesquisa-ação permitem que a prática pedagógica se defina de forma dialógica, coletiva, participativa e democrática.

Palavras-chave: projeto político-pedagógico; pesquisa-ação; economia solidária; metodologias participativas.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Especialização em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

CONSTRUCTION'S POLITICAL-PEDAGOGICAL PROJECT OF SOLIDARITY ECONOMY

AUTHOR: Eliandra Gomes Marques
ADVISOR: Simone Freitas da Silva Gallina, Dra.
PLACE AND DATE OF DEFENSE: Santa Maria, RS, December 5, 2011.

This study brings contributions to discussions around the construction of the political project of solidarity economy in Brazil pedagogical employing participatory methodologies that facilitate the understanding of the subjects involved in the constructive process of pedagogical political project due to pedagogical dimension which show. Problematize the importance of solidarity economics guide their political project and social pedagogical praxis and involve educators and teachers manufacturing process based on the principles, practices, and methodologies, self-management and popular education. Search through the methodological procedure of action research to unite the different knowledge to facilitate reflection on improving the practice, comprising experienced it and transforming it. The proposition of participatory methodologies in formative activities contributed to the interaction through dialogue between those involved, favouring the exchange of knowledge and the generation of knowledge and raising the level of consciousness of the subject. It was concluded that the theoretical-methodological reference action research allows the pedagogical practice is set in a dialogic dynamics, democratic, participatory and collective.

Keywords: pedagogical political project; action research; solidarity economy; participatory methodologies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa conceitual sobre a concepção do PPP da ES..... 21
Figura 2 – Mapa conceitual da caracterização da pesquisa-ação..... 26
Figura 3 – Construção da linha do tempo..... 32
Figura 4 – Recorte da linha do tempo para fazer a análise da conjuntura..... 33
Figura 5 – Mística de acolhida..... 34
Figura 6 – Composição de equipes autogestionárias..... 35
Figura 7 – Socialização do papel de cada equipe..... 36
Figura 8 – Exemplo de mapa conceitual realizado em atividade de formação..... 37

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATER – Assistência Técnica em Extensão Rural

CFES – Centro de Formação de Formadores em Economia Solidária

CONAES – Conferência Nacional de Economia Solidária

EAF – Entidade de Assessoria, Apoio e Fomento

EES – Empreendimento Econômico Solidário

ES – Economia Solidária

FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

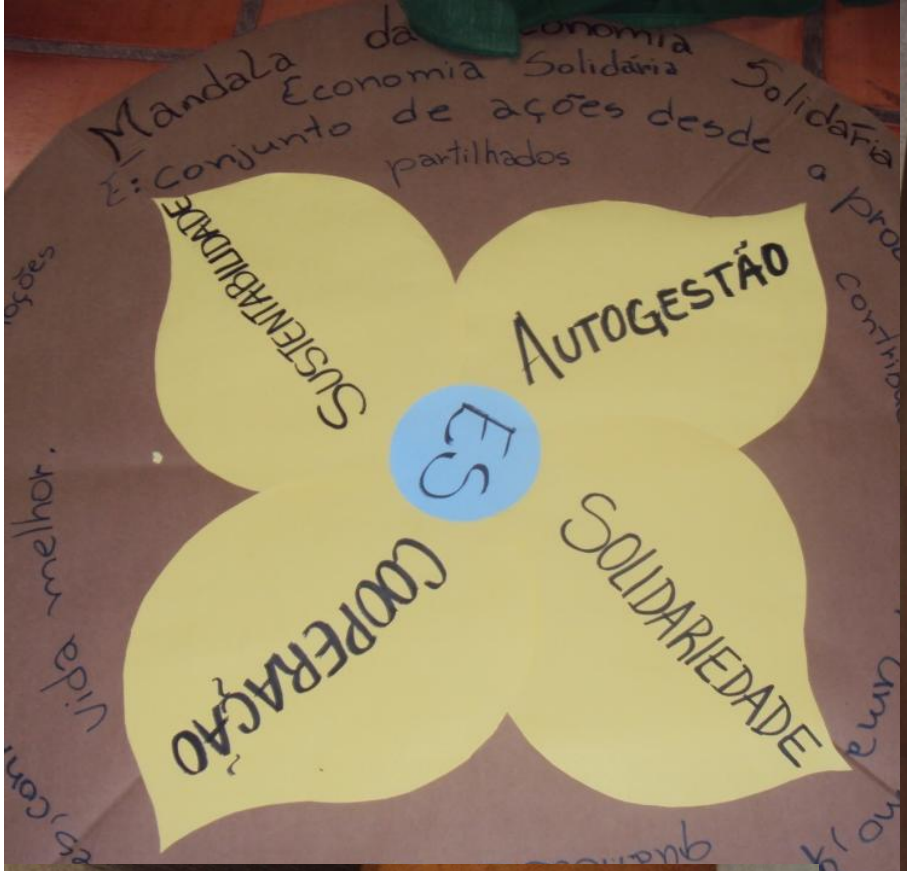
MSTTR – Movimento dos Sindicatos de Trabalhadoras e Trabalhadoras Rurais

PPP – Projeto Político-Pedagógico

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

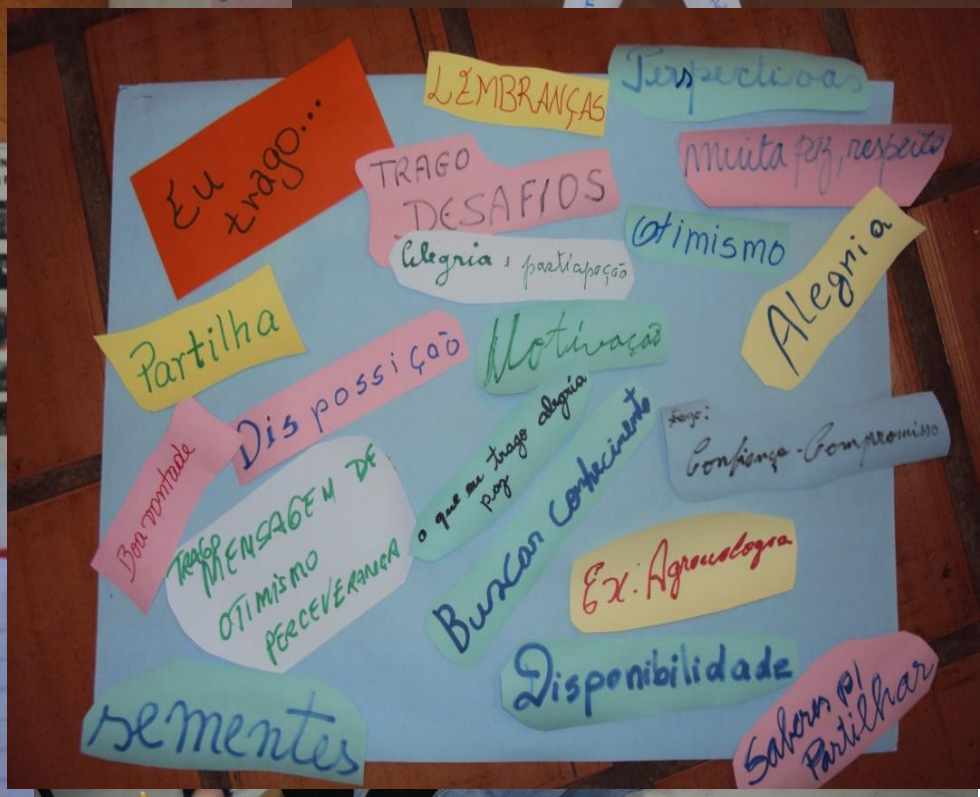
SUMÁRIO

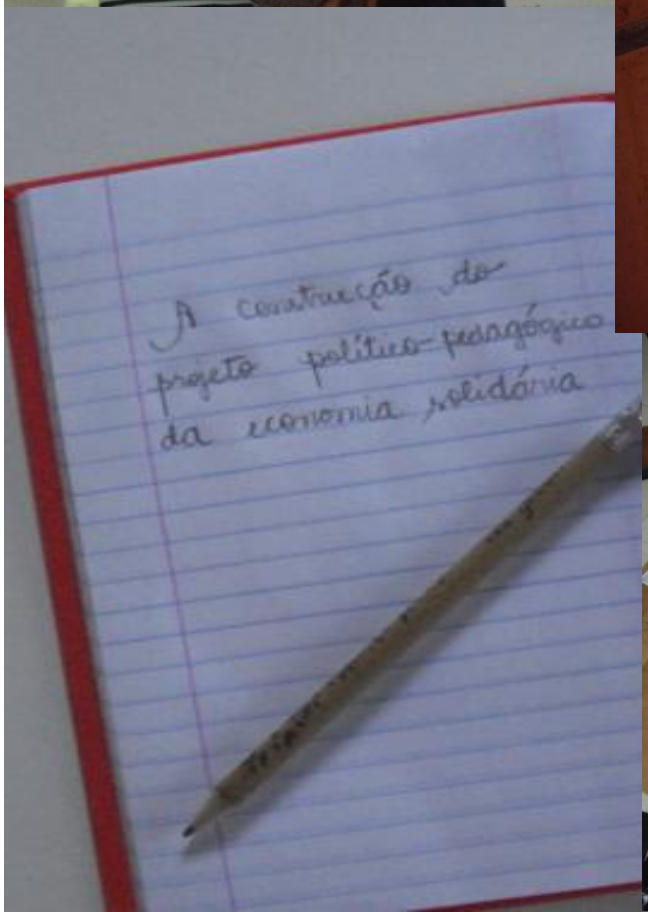
APRENDER FAZENDO 11
1 A EDUCAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA 14
2 O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA 19
3 A PESQUISA-AÇÃO EM EDUCAÇÃO 24
4 PROPOSTAS METODOLÓGICAS PARA A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA 29
4.1 Fase Exploratória 31
4.2 Fase Principal 34
4.3 Fase da Ação 36
4.4 Fase de Avaliação e Feedback 38
CONSIDERAÇÕES FINAIS 40
REFERÊNCAS 43


Mandala da Economia Solidária
É: conjunto de ações desde a produção
partilhados
ES
AUTOGESTÃO
SOLIDARIEDADE
COOPERAÇÃO
SUSTENTABILIDADE

Mapa de Idéias
Ambiental
Social
Econômico
Sustentabilidade

SUSTENTABILIDADE


Eu trago...
LEMBRANÇAS
Perspectivas
TRAGO DESAFIOS
muita paz, respeito
Alegria e participação
Otimismo
Alegria
Partilha
Motivação
Disposição
Boa vontade
TRAGO MENSAGEM DE OTIMISMO PERSEVERANÇA
o que eu trago alegria paz
Buscar conhecimento
Confiança - Compromisso
Ex: Agroecologia
Disponibilidade
sementes
Saberes p/ Partilhar


A construção do projeto político-pedagógico da economia solidária

INTRODUÇÃO

APRENDER FAZENDO

A mudança da percepção da realidade pode dar-se
"antes" da transformação desta.
(FREIRE)

Este trabalho é fruto de minha caminhada junto ao movimento de Economia Solidária (ES) e também é uma forma de contribuir com a formação e com o processo de construção do projeto político-pedagógico (PPP) da ES.

A pesquisa se insere na linha de pesquisa "Políticas Públicas[1]" do Curso de Especialização em Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e meu interesse nessa se desenvolveu, especialmente, a partir da disciplina denominada "Construção do Projeto Político-Pedagógico".

Por fazer parte do movimento de ES é que esse trabalho carrega parte de minhas inquietações acerca de uma educação voltada para a valorização de todos os conhecimentos e do ser humano como sujeito autônomo e emancipado, consciente de seu papel social.

A construção do PPP da ES é uma meta que está em processo construtivo desde a implantação do projeto *Centro de Formação de Formadores em Economia Solidária* – CFES nas cinco regiões brasileiras em 2009, porém sem muitos avanços porque até o momento sua construção está pautando formas metodológicas que propiciem a ampla participação[2] de todos como sujeitos da práxis pedagógica[3]. O PPP deve ser um documento norteador capaz de explicitar o contexto no qual a economia solidária vem construindo a sua identidade, deve afirmar os objetivos políticos e orientar as estratégias e as ações pedagógicas.

Ressalta-se, contudo, que o PPP da ES não está para cumprir nenhum modelo de gestão oriunda de acordos de cooperação internacional como a

---

[1] Políticas Públicas compreendem as diretrizes e princípios norteadores de ação do poder público; as regras e os procedimentos para as relações entre poder público e sociedade; as mediações entre atores da sociedade civil e do Estado.

[2] A participação é algo complexo, precisamente porque não se trata simplesmente reunir pessoas, mas sensibilizá-las, mobilizá-las e envolvê-los nos processos de formação e transformação de uma realidade.

[3] Práxis pedagógica compreende uma prática crítico-reflexiva.

educação pública brasileira que se mantém com investimentos internacionais como do Banco Mundial, mas para ser de fato um referencial identitário de uma construção coletiva que luta pela transformação social. Influenciado por políticas neoliberais, o Brasil está cada vez mais envolvido em uma educação reprodutiva. Martins e Stezky (2007) colocam que:

> A dependência do Estado (devido ao endividamento com o capital internacional) impede que se invista na educação de qualidade, ficando assim, atrelado aos ditames externos, absorvendo políticas que não condizem com a situação nacional, uma vez que elas são gerais, uma mesma política é direcionada a vários países, sem considerar a especificidade real de cada um deles. (MARTINS; STEZKY, 2007, p.4).

A ES diverge desse modelo de educação e vislumbra um projeto que leve em consideração a diversidade do país e que tenha aplicação efetiva no quotidiano do trabalho associado, espaço de formação e transformação. Aliás, o homem se encontra constantemente em processo de mudança ocasionada pelo confronto dialético, pois a formação, por sua vez, se dá pelo movimento da dialética e do diálogo. Nesse sentido, Singer (2002) assinala:

> A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura. É para isso que vale a pena se empenhar na economia solidária. (SINGER, 2002, p. 21).

Assim, a autogestão compreende uma forma de organização coletiva, cujo elemento central é a democracia, e compõe os princípios básicos da ES, quais sejam: solidariedade e ajuda mútua, autogestão, equidade, respeito ao meio ambiente, participação e gestão democrática.

Wirth e outros (2011, p. 202) afirmam que “o trabalho associado está na autogestão como meio e fim das lutas dos trabalhadores.”. Mas para que se possa concretizar esse projeto de sociedade, que se afirma pela educação, há desafios a serem enfrentados e que são pautados nos seguintes questionamentos: Qual a importância de a ES ter um projeto político-pedagógico? Quais estratégias podem ser apontadas para que todos os sujeitos participem dessa construção? Como as metodologias participativas podem auxiliar na construção do projeto político-pedagógico democrático, participativo e transformador?

Para dar conta dessas inquietações, busca-se, como objetivo principal desse estudo, *propor o emprego de metodologias participativas para facilitar a participação e compreensão dos sujeitos envolvidos no processo construtivo do projeto político-pedagógico da ES*. Para isso, os objetivos específicos dão auxílio ao foco da pesquisa distribuindo-se em ações que se complementam, como: (i) discorrer sobre a importância da educação em ES; (ii) refletir sobre a concepção de projeto político-pedagógico; e (iii) descrever metodologias participativas para a construção do PPP da ES.

O procedimento metodológico desenvolvido nessa pesquisa está baseado nos princípios da pesquisa-ação, que tem como características a ação, a pesquisa e a mudança de pensar e agir dos atores envolvidos, que, coletivamente, intervêm na ação em todas as suas fases, bem como o pesquisador desenvolve outro papel como ator direto nas ações da pesquisa, deixando-o de ser um mero observador.

A proposição dessa investigação se justifica por apresentar uma proposta aos educadores e educadoras em ES do Brasil como contribuição às discussões em torno da construção do PPP. A intenção é que essa seja uma proposição incentivadora para o planejamento das ações e princípios norteadores do PPP.

Esta pesquisa traz a seguinte estrutura: no *capítulo 1*, relata-se de onde vem a demanda por formação e o modelo de educação em ES; no *capítulo 2*, apresenta-se algumas concepções acerca do PPP; no *capítulo 3*, descreve-se como se deu a construção dessa pesquisa com base nos referenciais metodológicos da pesquisa-ação; no *capítulo 4*, delineiam-se ferramentas de ações participativas como auxílio à construção do PPP da ES; e na *conclusão* faz-se um resgate das principais ideias para sintetizar o que foi abordado durante toda a pesquisa e apontam-se algumas sugestões para a construção coletiva do PPP da ES.

CAPÍTULO 1

A EDUCAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

A educação sozinha não transforma a sociedade,
sem ela tampouco a sociedade muda.
(Paulo Freire)

A ES é um movimento que surge como uma alternativa para trabalhadoras e trabalhadores à falta de emprego devido à crise do sistema capitalista procedente dos anos 1970 e que teve maior efeito na década de 1990, que acabou afetando todos os países, mas com intensidade àqueles denominados “países do terceiro mundo”, dentre eles os latino-americanos.

Foi nessa época de crise mundial que o termo ES foi cunhado, segundo Gaiger e Laville (2009, p. 162), “por iniciativa de cidadãos, produtores e consumidores, despontaram inúmeras atividades econômicas organizadas segundo princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática”, autogestão e respeito ao meio ambiente. A ES é um modo de vida que valoriza a produção, comercialização e consumo sustentáveis aonde a solidariedade vem para fortalecer as relações de cooperação para a reconstituição das condições de transformação das sociedades.

Por envolver uma diversidade de sujeitos e ações políticas, a educação em ES é definida como uma construção social que se sustenta no “agir coletivo da economia solidária, consubstanciado na autogestão, que institui novos protagonistas no mundo de trabalho e nos embates da cidadania”. (GAIGER; LAVILLE, 2009, p. 162). A despeito desse constructo é que “a educação está sempre a serviço de uma visão de mundo e de ‘homo’, e de um sistema de organização e desenvolvimento da sociedade” (ARRUDA, 2003, p. 242).

Nessa alusão, é possível apontar que a autogestão é uma forma de organização democrática que privilegia a democracia direta, por sua vez participativa. Assim, essa forma de gestão aumenta o poder dos cidadãos – quando organizados coletivamente, que buscam uma sociedade igualitária, solidária e

sustentável. Por isso, essa reflexão converge com o texto da I Conferência Nacional de ES (Brasil, 2006), da qual se destaca a seguinte proposição:

> A Economia Solidária exige uma educação solidária que transforme a mentalidade cultural dominante de competição para a construção do espírito de cooperação, além do desenvolvimento de uma matriz científica e tecnológica que esteja comprometida com o desenvolvimento sustentável e solidário. (BRASIL, 2006).

Nesse excerto, a educação para a ES deve ser um processo pedagógico que tem como princípio desenvolver a ação-reflexão-ação social, buscando novos valores e práticas que permitam transformar permanentemente todas as relações[4] nos diversos espaços-tempos sempre na perspectiva da emancipação de todos os sujeitos envolvidos.

Outra proposição do movimento sobre o modelo de educação para a ES que consta na II Conferência Nacional de ES é de que "deverá valorizar as pedagogias populares e suas metodologias participativas e os conteúdos apropriados à organização, na perspectiva da autogestão, tendo como princípio a autonomia." (BRASIL, 2010a).

Nesse sentido, a educação para ES se orienta pelos princípios da educação popular por estar pautada "na formação de uma cidadania comprometida com um desenvolvimento fundado na justiça social" (ADAMS; STRECK, 2010, p. 119), por permitir a reflexão crítica e a construção da autonomia dos sujeitos em suas diversas dimensões e por valorizar todos os saberes, dando voz aos excluídos, convergindo com os princípios do movimento.

Nessa mesma lógica, Tiriba (2007) destaca:

> Assim, o objetivo da educação popular não é que os trabalhadores associados apenas assimilem, de forma abstrata, os pressupostos filosóficos e políticos de uma nova cultura do trabalho ou de uma economia que se pretenda solidária. É preciso aprender a construí-la, materializá-la no dia-a-dia da produção. (TIRIBA, 2007, p. 90).

Ou seja, construí-la e desconstruí-la, pois ela "pode contribuir para a articulação e a difusão de uma nova concepção de mundo" (ADAMS, 2010, p. 16) devido ao seu caráter dialético.

---

[4] Essas relações compreendem as sociais, econômicas, culturais, educativas e ecológicas.

Por isso, cabe assinalar a importância da educação popular na valorização do ser humano por:

> Colocar a organização popular de base no centro da construção do projeto político alternativo; destacar a importância da democracia na construção do novo projeto hegemônico; valorizar a cultura popular como fonte de identidade e força de um projeto popular nacional que é construído a partir das experiências concretas e particulares, em razão disso põe em relevo a importância do papel do sujeito e da subjetividade; reconhecer a vida cotidiana e a experiência como espaços de construção da nova hegemonia. (RECID, s.d., p. 3).

Nesse sentido, a educação popular é uma prática socioeducativa que se propõe a contribuir nos processos de emancipação social. Desta forma, as ações político-pedagógicas autogestionárias e solidárias se fundamentam numa perspectiva emancipatória dos sujeitos, despertando-lhes o poder de transformação. Mas é preciso problematizar questões inerentes para que se efetive tal mudança.

Destarte, o diálogo é a expressão maior de que é possível aprender a escutar o outro, aprender a fazer e aprender a aprender em conjunto, pois, como escreveu Freire (1996, p. 23), “ensinar inexiste sem aprender e vice-versa.”. Esse processo cíclico cria possibilidades para a produção do conhecimento. Com isso, é possível estabelecer trocas de ensino-aprendizagem.

Também ensinar exige uma reflexão sobre a ação prática vivida, aliás, é “pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática”. (FREIRE, 1996, p. 39).

Nesse contexto, o papel de educador é de facilitador das práticas pedagógicas, pois ele assume uma postura política e “coloca-se como um problematizador e orientador de situações de aprendizagem.” (ADAMS, 2010, p. 20).

Na mesma linha de pensamento, Henz (2007) coloca que

> Uma práxis educativa dialógica e crítico-reflexiva possibilitará a homens e mulheres descobrirem em si e nos(as) outros (as) a possibilidade de, não obstante todas as determinações estruturais, serem novamente os (as) sujeitos da história; eles e elas têm o poder de se libertarem. (HENZ, 2007, p. 157).

Contudo, é necessária a construção de políticas públicas de educação em ES desde que não se restrinjam apenas ao domínio de técnicas e habilidades para a

produção de bens e serviços, mas que formem sujeitos políticos – agentes de transformação social.

Cabe aqui destacar que algumas políticas públicas já foram articuladas pelo governo federal, através da Secretaria Nacional de ES (SENAES), lotada no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), promovendo a articulação da formação em ES com o Plano Nacional de Qualificação (PNQ) e a parceria com a Educação de Jovens e Adultos e Elevação de Escolaridade de trabalhadores e trabalhadoras. Foram políticas públicas pontuais e que não tiveram continuidade após o ciclo de ações executadas em seu projeto.

Dentre as políticas públicas em desenvolvimento no Brasil, destaca-se o projeto CFES que tem suas ações pontuais na formação de formadores em ES. O público-alvo é representantes de empreendimentos econômicos solidários[5] (EES), entidades de assessoria, apoio e fomento[6] (EAF) e gestores públicos[7] da ES. Este projeto está desenvolvendo suas ações educativas nas cinco regiões do país de 2008 a 2012 e está em discussão sua continuidade.

Cabe assinalar que a formação é uma ação contínua de promoção e fortalecimento à ES tanto através da apropriação de conhecimentos como pelo aperfeiçoamento dos processos de autogestão no trabalho associado como contexto específico em que se realiza o processo de produção e reprodução dos meios de vida e uma demanda dos fóruns[8] de ES.

Para isso, na I Conferência Temática de Formação e Assessoria Técnica em ES, estabeleceram-se diretrizes político-metodológicas da educação em ES a que estão baseadas nos “princípios e valores da Economia Solidária, bem como os fundamentos, práticas e metodologias da Educação Popular”. (BRASIL, 2006, p. 13).

A valorização dos saberes e fazeres e a sua socialização viabilizada por metodologias participativas são importantes reconhecimentos de que todos são “sujeitos dotados de saberes e identidades socialmente construídas”. (BRASIL, 2006, p. 15). Razão disso que a construção e o desenvolvimento de atividades de

---

[5] EES são organizações coletivas em que seus participantes são trabalhadoras/es dos meios urbano e/ou rural os quais exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados.

[6] EAF são organizações que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos solidários, tais como: capacitação, assessoria, incubação, pesquisa, acompanhamento, fomento à crédito, assistência técnica e organizativa.

[7] Gestores públicos são aqueles que elaboram, executam, implementam e/ou coordenam políticas de economia solidária de prefeituras e governos estaduais e federal.

[8] Os fóruns são espaços de discussão, deliberação e decisão e com representações dos EES, EAF e GP; também se organizam em âmbito municipal, regional, estadual e nacional/brasileiro.

formação devem sempre levar em conta as experiências cotidianas e autogestionárias.

No que se referem aos conteúdos das formações em ES, estes devem ser definidos a partir de um levantamento das demandas dos trabalhadores e trabalhadoras da ES, e que devem estar voltados para a construção a partir de uma concepção crítica da realidade. É, portanto, vital que a cooperação e a solidariedade sejam resgatadas como valores humanizadores, implicando numa transformação da sociedade.

Desde o I Fórum Social Mundial em 2001 que as discussões acerca da ES vêm tomando força. No III Fórum Social em 2003 o presidente da república anunciou a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES no Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e também do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, interlocutor entre o movimento e o Estado. Eis o maior avanço conquistado pelo movimento.

A partir daí as lutas de trabalhadores e trabalhadoras em ES começaram a ganhar espaço na sociedade, as iniciativas de trabalho associado surgem com mais força e políticas públicas são desenhadas para atender as primeiras demandas, porém não se conhecia quase nada dos atores da ES.

Passados alguns anos, a partir de um mapeamento organizado pela SENAES e instituições de ensino superior em 2005 pode-se identificar 22 mil empreendimentos solidários. Das demandas elencadas pelos mapeados, a formação foi destacada. Com políticas públicas em desenvolvimento mesmo verticalizadas a formação ainda é o gargalo para suprir outras necessidades como produção, comercialização, consumo, finanças.

Em 2010, com o andamento de uma política pública em educação cujo desenho surgira nos fóruns de ES, ou seja, sua discussão foi feita na e pela base do movimento, surge a necessidade de construir o projeto político-pedagógico da ES como um instrumento orientador de ações prático-educativas.

No percurso das atividades de formação de educadores e educadoras em ES surge a importância da construção do PPP capaz de explicitar o contexto no qual a ES vem construindo a sua identidade, afirma seus objetivos políticos e orienta as estratégias e ações pedagógicas.

CAPÍTULO 2

O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Ensinar não é transmitir conhecimentos,
mas criar condições para a sua construção.
(Paulo Freire)

A elaboração do projeto político-pedagógico (PPP), segundo Ferreira (2007, p. 35), “constitui-se em oportunidade singular para promover a dialogicidade, buscar consenso em relação aos rumos da instituição, tendo como base as demandas apresentadas por toda a comunidade.”. Nesse caso, é importante através do diálogo aprofundar a compreensão da realidade que se quer mudar, uma vez que ele somente ocorre na participação dos sujeitos que visem à construção de ações conjuntas. Essa realidade constitui todas as circunstâncias nas quais os sujeitos vivem e das quais fazem parte (FALKEMBACH, 2010).

Como escreve Veiga (2010, p. 13), o PPP “é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo.”. É o retrato de uma concepção de sociedade, de mundo e de educação que se quer construir com a participação dos sujeitos.

Sob esse aspecto, Bussmann (2010, p. 37) considera que o PPP não é um mero documento elaborado, mas a implantação de “um processo de ação-reflexão que exige um esforço conjunto” de toda comunidade em uma ação intencional resultante de um trabalho coletivo, que busca metas comuns que intervenham na realidade local e global.

O PPP é um instrumento teórico-metodológico que deve conter princípios, diretrizes e propostas de ação a fim de contribuir para a reflexão, organização e re-significação das atividades desenvolvidas nos espaços educativos, dessa forma orientando e fundamentando um conjunto de ações pedagógicas. Além disso, o PPP “deve renovar-se constantemente, caso contrário estará negando-se a si próprio” (BUSMANN, 2010, p. 39).

Trata-se, portanto, de um processo dinâmico, e sempre em construção, em que se reconhece a complexidade da realidade contraditória e desigual onde se situa a ação e participação dos sujeitos envolvidos no processo educacional. Assim, a partir de um movimento de práxis de ação-reflexão-ação, é possível olhar para o contexto que se quer interferir "na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade." (VEIGA, 2010, p. 13).

Para que haja uma transformação num dado contexto, é preciso refletir que "cada momento tem seus processos dominantes que vão se construindo como se fossem a enxurrada de seu tempo, sintetizando, em sentido, intencionalidades e suas objetivações: estilos de vida, objetos construídos, formas de organização etc." (FALKEMBACH, 2010, p. 134). Contudo, esses acontecimentos afetam todo um sistema social. Destarte, é veemente que os sujeitos tomem consciência de que se faz alteração de algo na práxis. Freire (1996) aponta que não existe conscientização sem práxis transformadora da realidade. Por isso, ações conjuntas podem intervir democraticamente num dado contexto culminando em mudanças. Visto como um processo de conscientização e formação participativa, o PPP:

> Deve ser compreendido como um instrumento e processo de organização e mobilização, que visa possibilitar avanços no enfrentamento dos desafios do campo político em que se atua, através de trabalhos educativos contínuos orientados por um conjunto de fundamentos teóricos e procedimentos metodológicos. (BRASIL, 2010b, p. 33).

Esse conceito converge com a proposição do movimento de ES, que tem o PPP como instrumento de ação e transformação social, que é o eixo central de um processo educativo, por isso ele deve ser revisitado permanentemente. Sua gestão deve ser democrática, logo a participação de todos nas decisões é importante por ser uma proposta concreta que é construída ao mesmo tempo em que é vivenciada por coletivos singulares. "Deste modo, é na gestão que se consubstanciam os fatores que, ao mesmo tempo, sustentam e promovem práxis pedagógica" (FERREIRA, 2007, p. 37).

A figura 1 mostra um esquema, em forma de mapa de ideias ou conceitual, da concepção do PPP para a ES, que converge com as ideias apresentadas nesse capítulo no que se refere a uma proposta pedagógica democrática, autogestionária e emancipadora.

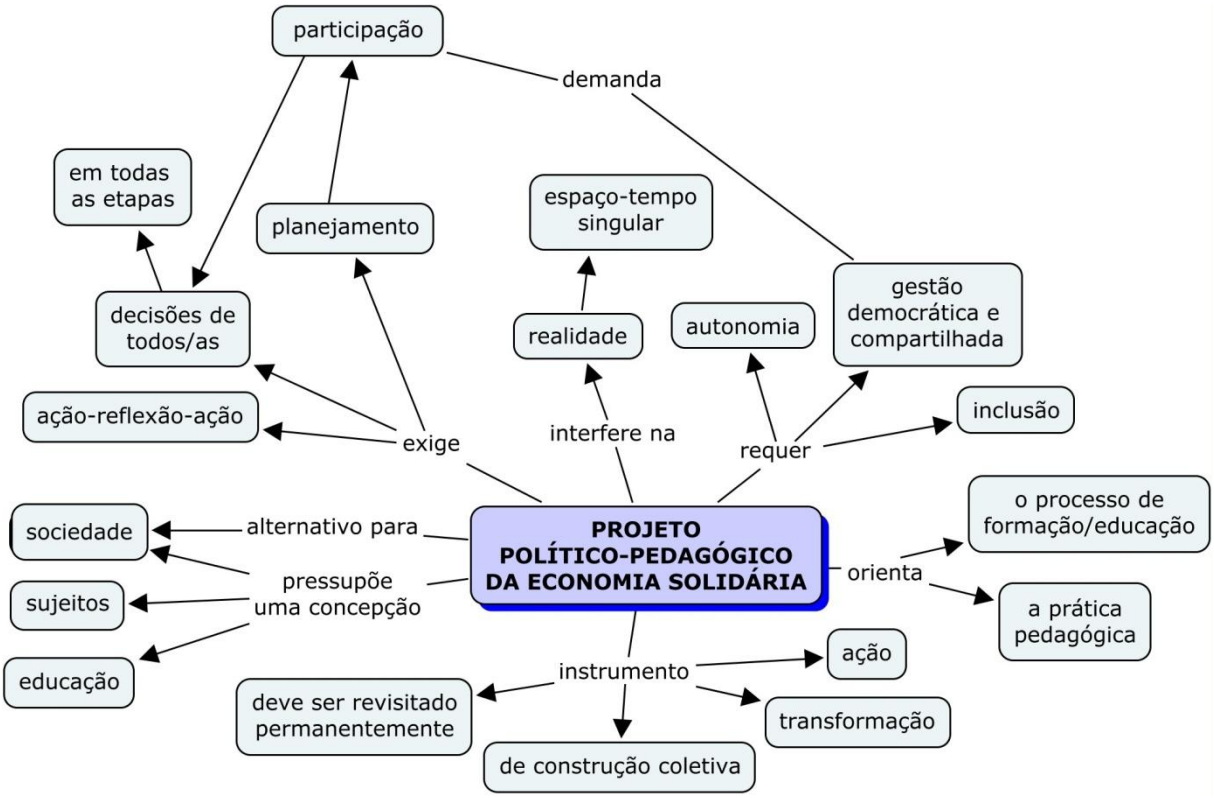


Figura 1 – Mapa conceitual sobre a concepção do PPP da ES. Fonte: elaborado pela autora.

O PPP caracteriza-se por intervir sobre a realidade que se quer transformar e para isso é imprescindível ter claro a direção política que se seguir e para essa concretização a participação e autonomia dos/as envolvido/as em todas as decisões de ações. O PPP, por ser um elemento de reflexão e re-elaboração constante das ações pedagógicas, deve ser revisitado permanentemente. Tudo isso é um movimento amplo instigado pelo processo de ação-reflexão-ação, que faz expressar a cidadania.

Para a ES, o PPP consolida o trabalho associado como espaço de formação numa visão descentralizada do sistema educacional posto. Percebe-se que nesse espaço-tempo é que surgem as condições para que se afirme a identidade dos sujeitos e da ES e também como espaço pedagógico necessário à construção do conhecimento, da cidadania e da autogestão.

Os sujeitos – trabalhadores e trabalhadoras da ES, ao exercerem a autogestão, passam da condição sujeitos passivos a sujeitos de sua própria história. O diálogo estabelecido entre eles fortalece o conhecimento mútuo e solidário e a experimentação da autogestão por meio da ação-reflexão-ação das tarefas de base

vivenciadas diariamente no chão do trabalho associado. Aliás, é nesse espaço-tempo que as coisas acontecem e que os processos tomam concretude.

Para gerar uma pedagogia da autogestão é necessário produzir o conhecimento o que exige descobrir, vivenciar e praticar a autogestão nos processos formativos. Não há como ensinar a pedagogia da autogestão sem tentar experimentá-la, razão pela qual a experimentação deverá ser considerada como um procedimento próprio ao funcionamento autogestionário.

Destarte, a educação para a autogestão requer uma formação gerida pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras, mesmo que não exclua a presença de assessores/educadores externos no empreendimento econômico solidário. Este processo deve ser permanentemente avaliado e sistematizado a fim de produzir conhecimento e qualificar a prática autogestionária nesses processos formativos. São sujeitos políticos os que lutam por um ideal, por um sonho, uma utopia, pois aprendem “na própria prática de sua luta a estabelecer limites para as suas concessões” (FREIRE, 2008, p. 93).

A prática política que se funde na concepção dialética contribui para o mundo que se sonha, para a concretização de um projeto histórico de luta. Planejar as ações do PPP é uma luta que está sempre em movimento, um mover em busca do sonho concreto. Assim, a autonomia e a gestão democrática desses sujeitos são partes constitutivas do ato político-pedagógico.

Santiago (2010) coloca que “na ação educativa, como em qualquer atividade consciente, a dimensão política expressa-se nas respostas que damos às questões relativas ao conhecimento”. (SANTIAGO, 2010, p. 166). E os resultados expressam uma leitura da realidade em suas relações e processos determinantes.

Cabe aqui trazer algumas discussões acerca do termo projeto político-pedagógico. Alguns autores, como Viega (2010) e Ferreira (2007), apontam que toda a ação pedagógica é também política.

Ferreira (2007) assinala que o termo político-pedagógico dado ao projeto carrega uma redundância onde “o político está nas opções que determinam como o grupo se organiza, suas intenções, seu agir, seus objetivos e utopias.”. E a pesquisadora ainda acrescenta que “se for um projeto pedagógico, por si só é político, é fruto de escolhas, conhecimentos, intenções.” (FERREIRA, 2007, p.38).

Por seu caráter político, o projeto pedagógico requer o enfrentamento da exclusão social, a busca pela autonomia e gestão democrática. Para isso ele

demanda a ação-reflexão-ação coletiva de todas as ações as quais exigem a participação dos envolvidos.

Veiga (2010) corrobora destacando que o projeto pedagógico “é político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade”, que seja justa, solidária e equitativa.

Ferreira (2007, p. 38) reforça sua posição acerca do emprego do vocábulo “político” à proposta pedagógica:

> Penso, entretanto, que a práxis pedagógica é, por excelência, política, porque eivada de opções, valores, poderes, evidências de cidadania, ações com implicações histórico-sociais. Por isto, vale ratificar: utilizo a expressão Projeto Pedagógico em detrimento de Projeto Político-pedagógico, devido à convicção de que toda ação pedagógica é, em si própria, uma ação política, pois exige opções, embasamento teórico, congraçamento de pessoas em torno de um ideal. Por pedagógico, entendo político também. E, sendo político, é, com certeza, caracteristicamente social. (FERREIRA, 2007, P. 38).

Plausível a colocação, porém, nesse trabalho, o emprego do “político” ao projeto pedagógico é para reforçar intencionalmente que todo o processo de construção de um projeto de sociedade envolve uma práxis pedagógica, que se estabelece na participação democrática de sujeitos críticos que têm a autogestão como forma de autonomia organizativa e que lutam por outro mundo possível.

CAPÍTULO 3

A PESQUISA-AÇÃO EM EDUCAÇÃO

O primeiro sinal de que o sujeito que fala
sabe escutar é a demonstração de sua
capacidade de controlar não só a necessidade de
dizer a sua palavra, que é um direito,
mas também o gosto pessoal,
profundamente respeitável, de expressá-la
(Paulo Freire)

A pesquisa-ação foi a metodologia adotada nessa monografia por configurar uma importante abordagem: a de que o pesquisador não é um observador, mas participante do processo de mudança, logo um educador-facilitador.

Na pesquisa-ação, segundo Thiollent (2011, p. 21), “os pesquisadores desempenham um papel ativo no equacionamento dos problemas encontrados, no acompanhamento e na avaliação das ações desencadeadas em função dos problemas.”. Nesse caso, o pesquisador desempenha dois papéis cujas finalidades são a de agir para solucionar ou esclarecer um problema e a de contribuir para a fixação dos conhecimentos na prática da situação observada. Por isso que nesse processo investigativo não há neutralidade devido ao caráter de envolvimento do pesquisador.

Como importante característica da pesquisa-ação está o processo integrador entre pesquisa, reflexão e ação emancipatória, sendo que a pesquisa e a ação podem e devem caminhar juntas quando se pretende a transformação da prática numa determinada realidade social.

Thiollent (2011) descreve que:

> A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (THIOLLENT, 2011, p. 20).

Daí se configura o caráter cooperativo dos participantes, pois eles devem intervir na ação em todas as suas fases, o que instiga refletir sobre a essencialidade

epistemológica, bem como sobre a possibilidade como práxis investigativa da pesquisa-ação.

Igualmente, a organização de grupos com o qual se pretende desenvolver o processo investigativo implica que os envolvidos devem estar cientes de que terão que intervir em todas as etapas do processo, assim como devem ter disponibilidade e comprometimento. Por isso, os participantes devem, organizados em grupos, ter objetivos e metas comuns e estar interessados em um problema que emerge num dado contexto, ou seja, que os sujeitos implicados na situação-problema investigada participem ativamente das ações conjuntamente bem como intervenham no processo de tomada de decisões, tornando-se parceiros da investigação.

Em relação à constituição da pesquisa-ação ser "constituída apenas pela ação ou pela participação" (THIOLLENT, 2011, p. 28) este diverge da afirmação e destaca que, além da ação e da participação, "é necessário produzir conhecimentos, adquirir experiência, contribuir para a discussão ou fazer avançar o debate acerca das questões abordadas." (THIOLLENT, 2011, p. 28).

Nessa perspectiva é que eclode um conjunto de valores como a construção de relações democráticas e a participação dos sujeitos quando a busca de transformação é fruto da organização e de condições de auto-formação e emancipação dos sujeitos. Buscam-se as explicações dos próprios participantes que se encontram em situação de investigador.

Para Gamboa (1982, p. 36), a pesquisa-ação "busca superar, essencialmente, a separação entre conhecimento e ação, buscando realizar a prática de conhecer para atuar", pois ambos não estão dissociados. Assim, esta é uma modalidade de pesquisa que objetiva a resolução de problemas através de ações concretas, empreendendo esforços para que todos os envolvidos participem. Aliás, isso representa um esforço conjunto entre o pesquisador e os pesquisados durante toda a ação investigativa para atingir os objetivos comuns.

Dentre os aspectos metodológicos da pesquisa-ação, destacam-se: (i) que deve haver interação entre pesquisador e sujeitos implicados na situação investigada, pois, por meio do diálogo, é possível estabelecerem a ordem de prioridades dos problemas a serem pesquisados e das soluções a serem encaminhadas sob forma de ação concreta; (ii) que o objeto de investigação é constituído pelo coletivo que se identifica com a situação-problema; (iii) que deve

haver o acompanhamento das ações e decisões dos envolvidos; (iv) que os conhecimentos de todos sejam levado em conta.

A pesquisa-ação se caracteriza por unir o conhecimento científico e popular; por se desenvolver em grupos de maneira participativa; por facilitar a interpretação que se efetua desde o ponto de vista dos participantes envolvidos na situação-problema; por nascer desde e para a prática; por contribuir para relacionar teoria e prática; por refletir sobre a prática vivida para melhorá-la, transformá-la e compreendê-la; por permitir ao educador selecionar a direção a seguir frente às situações complexas e problemáticas. A figura 2 apresenta o esquema dessa caracterização.

Figura 2 – Mapa conceitual da caracterização da pesquisa-ação. Fonte: elaborado pela autora.

A pesquisa-ação é um método[9] que combina dois tipos de conhecimentos: o conhecimento teórico e o conhecimento prático de um contexto determinado que juntos têm o objetivo de solucionar um problema nesse contexto aplicando o método científico. Essa postura em relação à metodologia da pesquisa-ação se configura em uma metodologia de caráter formativo e emancipatório.

[9] Thiollent traz à discussão se pesquisa-ação é metodologia ou método. Segundo o autor "a metodologia é entendida como disciplina e objetiva analisar as características dos vários métodos disponíveis [...] e seu papel consiste também no controle detalhado de cada técnica auxiliar utilizada na pesquisa. A metodologia das ciências sociais considera a pesquisa-ação como qualquer outro método. A pesquisa-ação definida como método contém diversos métodos ou técnicas. (THIOLLENT, 2011, p. 31-33).

Tal método combina dois processos: o de conhecer e o de agir, envolvendo em ambos a população cuja realidade é tratada. É um processo que coliga teoria e práxis, possibilitando a aprendizagem coletiva, a tomada de consciência crítica da população sobre sua realidade, seu empoderamento, o fortalecimento e expansão de suas redes sociais, sua mobilização coletiva e sua ação transformadora.

Thiollent (1997, p. 44) denomina de fase ou tempo aos itens relacionados à concepção e organização da pesquisa orientados segundo os princípios da pesquisa-ação, que são: fase exploratória, fase principal, fase de ação e fase de avaliação. (MARQUES, 2010; MARQUES, 2011).

A fase exploratória considera as ações como alternativas para equacionar o problema. Nessa etapa são planejadas as ações a partir de um diagnóstico da situação e das necessidades dos atores, bem como a formação de equipes comprometidas. Também se realiza uma análise situacional, visando reconhecer o contexto da pesquisa, das práticas e dos envolvidos.

A fase principal é a que os pesquisadores iniciam a prática através de seminários para guiar as ações. Nessa fase é o momento de serem planejadas as ações que promoverão mudanças na prática. Importante ressaltar que, nessa fase, há uma equipe permanente que tem poder de decisão na definição de temas prioritários a serem investigados; na coordenação de atividades dos grupos e nas ações de formação; na elaboração da problemática; na interpretação dos dados; no acompanhamento das ações implementadas e avaliação de resultados e na divulgação dos mesmos.

A fase de ação, como o próprio nome indica, é a de execução das ações, sendo que se faz um roteiro com a seleção das ações. Também se faz uma reflexão sobre a prática educativa de cada ação executada que é possibilitada por meio do desenvolvimento de dinâmicas coletivas que permitam o estabelecimento de referências contínuas e evolutivas com os atores envolvidos, no sentido de apreensão dos significados construídos e em construção.

A fase de avaliação é a fase onde são apresentados os resultados das ações sistematizadas do contexto organizacional da investigação. É o momento de avaliar o impacto da intervenção e suas consequências de modo que possam ser extraídos ensinamentos úteis para mudar a realidade diagnosticada.

A devolução dos resultados é o momento em que os participantes/a comunidade precisam se reconhecer nas informações coletadas e apresentadas a

elas na sistematização. É preciso que os resultados seja devolvidos em forma de “produtos” como cartilhas, vídeos, poesia, fanzine, revista em quadrinhos, cordel, texto cênico (teatro) etc., pois servem como instrumentos de reflexão bem como são divulgados à sociedade. A despeito do retorno das informações aos participantes, Hall (1981 apud MELO NETO, s.d., p. 3) destaca que, na pesquisa-ação

> A informação é devolvida ao povo, de onde a mesma surgiu bem como na linguagem e na forma cultural daquele ambiente; o povo e o movimento de base passam a estabelecer o controle do trabalho; as técnicas de pesquisa tornam-se acessíveis ao povo; um esforço consciente é necessário para manter o ritmo da ação-reflexão do trabalho; aprender a escutar e a ciência tornam-se partes do dia-a-dia da população. (HALL, 1981 apud MELO NETO, s.d., p. 3).

Nesse sentido, os resultados retornam aos participantes da investigação em forma de produtos – elaborados em linguagem acessível, com desenhos e ilustrações se for impresso, que sejam adequados ao contexto onde houve a intervenção, que sirvam de material pedagógico para outras intervenções, bem como que sejam publicados em periódicos e canais acadêmicos.

CAPÍTULO 4

PROPOSTAS METODOLÓGICAS PARA A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Quando o homem compreende sua realidade,
pode levantar hipóteses sobre o desafio
dessa realidade e procurar soluções.
(Paulo Freire)

As metodologias propostas nessa pesquisa já vêm sendo empregadas nas atividades formativas em ES, uma vez que o exercício prático-metodológico faz com que as experiências sejam participativas e coletivas e socializadas pelos educadores e educadoras nesses espaços a fim de que se promova a troca e diálogo bem como sejam disseminadas pelos/as educadores/as em outros locais que haja intervenções.

Por sua vez, a troca de experiências e o diálogo são formas de interação que têm como propósito melhorar e disseminar práticas que visem à emancipação e à transformação social. Segundo Thiollent (2011, p. 123) esse tipo de proposição "permite resgatar as ideias de grupos populares, com diálogo e aproximação crítica.". Logo as metodologias participativas facilitam:

> Que las personas compartan el conocimiento que tienen sobre el mundo, con el objetivo de reflexionar sobre posibles alternativas a los problemas que de forma conjunta se hayan identificado previamente. (GANUZA et al, 2009, p. 17).

Com o objetivo de promover processos de transformação social, as metodologias participativas oferecem alternativas adequadas para que os indivíduos possam pensar coletivamente alternativas para solucionar problemas comuns, num movimento de ação-reflexão-ação. Destarte, o emprego das metodologias participativas facilita o relacionamento entre os envolvidos numa determinada pesquisa ou diagnóstico. A participação, no entanto, deve se dar em diversos graus das ações planejadas, pois se deve "contar con la ciudadanía como fuente de información y como fuente de reflexión de los problemas, implicándola en la resolución de estos últimos." (GANUZA et al, 2009, p. 17).

É também uma forma metodológica que incorpora o pensamento reflexivo dos envolvidos no equacionamento de um problema comum e que consequentemente gera conhecimento devido a essa inter-relação dialógica. Também essa ação os faz sujeitos políticos, porque é a política que permite conceber a convivência do ser humano e é a que faz com que esse se reconheça como indivíduo reflexivo. De fato, Ganuza e outros (2009) reforçam que “las metodologías participativas asumen desde un principio el sentido político de la convivencia y, por tanto, del ser humano”. (GANUZA et al, 2009, p. 19).

As metodologias participativas, além de ser um instrumento para definir ações a partir da leitura da realidade dos sujeitos implicados, é um instrumento que distribui o poder horizontalmente entre os envolvidos. Nessa mesma alusão, Ganuza e outros (2009) destacam que as metodologias participativas são uma “metodología que construye espacios e herramientas para que el poder no sea monopolizado y las alternativas sean pensadas conjuntamente en un contexto y horizonte compartido”. (GANUZA et al, 2009, p. 20).

É mais que pertinente afirmar, portanto, que as metodologias participativas estão associadas à democracia, baseada no exercício da cidadania, que quer transformar partindo dos sujeitos – atores e protagonistas de um espaço político plural.

Importante destacar que sãs as circunstâncias concretas de cada lugar que determinam a forma de como fazer o processo, suas intervenções e ferramentas a serem empregadas. Deve-se partir sempre que todo processo participativo deve basear-se na lógica da construção coletiva, em que todos os pontos de vista devem ser colocados, analisados e avaliados.

Para ilustrar, nessa pesquisa há imagens registradas de ações-práticas vivenciadas por educadores e educadoras em processos de formação em ES nas quais foram empregadas metodologias participativas e que podem estar auxiliando no planejamento das ações e na elaboração do PPP da ES.

4.1 Fase Exploratória

É a fase que leva em conta as ações planejadas coletivamente pelos envolvidos na construção do PPP da ES a partir do reconhecimento da realidade em que se vai intervir para transformar.

Primeiramente deve-se ter uma equipe moderadora[10] composta por mulheres e homens de diferentes disciplinas para garantir um enfoque e uma análise de diversos ângulos. Essa equipe deve realizar um diagnóstico participativo para conhecer o contexto e as ações ocorridas num espaço-tempo específico e neste propor análise do conjunto em que surge e se amplia a ES.

O diagnóstico participativo é o ponto de partida de um processo educativo. Deve-se conhecer a realidade, identificar as causas dos problemas e as potencialidades do lugar para transformá-lo. Pelo diagnóstico é possível formar uma leitura da realidade através do confronto e consenso entre os pontos de vista de cada participante.

Por ser um processo de ensino-aprendizagem, o diagnóstico participativo se dá no diálogo, na observação e escuta, na diagramação de desenhos (mapas), na análise do contexto, na troca de saberes e conhecimentos. Tal processo se dá através da exploração consciente, do uso flexível de métodos e técnicas[11], da improvisação e do cruzamento de informações. Todas as informações coletadas no diagnóstico são elementos que comporão o planejamento participativo. O exercício do diagnóstico participativo serve:

> Para levantar as potencialidades locais, aquilo que as comunidades já possuem e podem contribuir na resolução de seus problemas. Para conhecer os problemas e a natureza deles, o contexto em que está inserido. Para envolver os interesses dos grupos e da comunidade na busca de soluções, saídas, caminhos. Para estabelecer confiança com a comunidade local. Para "reeducar nosso olhar" como educadores e educadoras populares. (OLIVEIRA et al, 2003, p. 56).

Para o resgate desse contexto histórico, sugere-se aplicar a técnica "linha do tempo" que traz elementos cronológicos relacionados a momentos/épocas que

---

[10] Propõe-se que essa equipe seja composta por: moderadores, animadores, facilitadores, observadores e pessoas da comunidade envolvidas diretamente na investigação, seguindo os princípios metodológicos da autogestão. Mais adiante, nesse mesmo capítulo à página 36, reportamo-nos às equipes autogestionárias.

[11] Técnicas são ferramentas que auxiliam o/a educador/a popular a coletar informações através de um trabalho participativo cujo foco é transformar uma realidade. Existem inúmeras técnicas, porém se deve levar em conta qual é a mais correta para o tipo de informação que se quer obter.

marcaram determinados fatos e acontecimentos nacional, regionais, estaduais e locais. A figura 3 apresenta elementos de uma linha do tempo realizada em uma atividade de formação de educadores e educadoras em ES em 2011.

Figura 3 – Construção da linha do tempo. Foto: arquivo da autora.

Com recursos disponíveis como tarjetas e canetas, estabelecem-se os períodos por anos, em ordem crescente, e elencam todos os eventos ocorridos em cada época. Cada participante cochicha com os outros para ir construindo uma linha crescente em que eventos muitas vezes acabam sendo esquecidos.

Em seguida, a partir do recorte de um dado tempo/acontecimento pode ser feita Análise de Conjuntura[12] de um determinado tema nos âmbitos nacional, estadual e local e se tem um desenho de como se encontra tal realidade para transformá-la. Esse exercício possibilita se traçar estratégias a serem tomadas à realidade das intervenções.

A figura 4 traz um recorte temporal e acontecimento que norteiam a análise crítico-reflexiva descrita em uma atividade de formação de educadores e educadoras em ES a partir da técnica da linha do tempo.

[12] A Análise de Conjuntura pode ser feita sob a ótica do poder dominante como a leitura dos movimentos sociais e sua reflexão seja um elemento de transformação social.

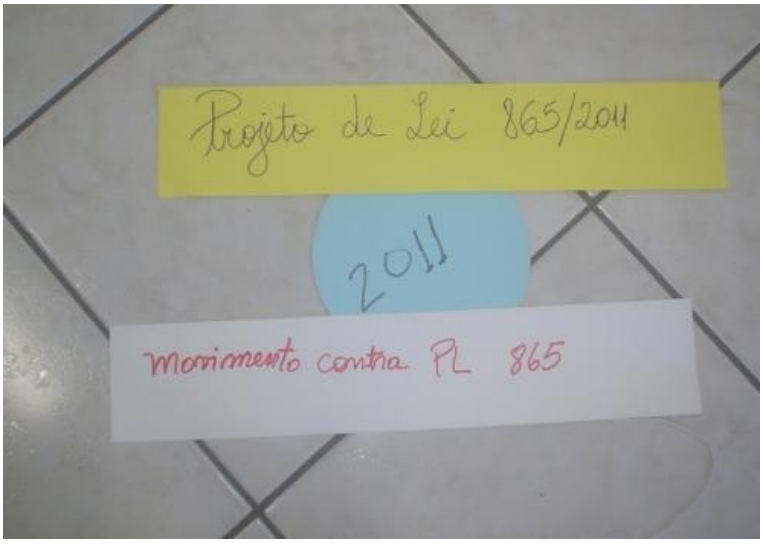


Figura 4 – Recorte da linha do tempo para fazer a análise da conjuntura. Foto: arquivo da autora.

Tal análise permite aos sujeitos envolvidos refletir sobre uma tese do qual não se concorda e colaborativamente vai se traçando a antítese e por fim apresenta-se a síntese. Fazer análise de conjuntura, segundo Souza (2009, p. 17) “é produzir um tipo de intervenção na política; é um elemento fundamental na organização da política, na definição das estratégias e táticas das diversas forças sociais em luta.”.

Souza (2009, p. 9) destaca algumas categorias para a análise da conjuntura como, (i) os acontecimentos fazem com que se revelam os sentidos, a percepção da realidade de si mesmo e com o olhar para a história toda; (ii) os cenários parte de questionamentos como “O que está por traz dos acontecimentos? Quais são os diferentes espaços do cenário? Quais são as particularidades deste cenário?”; (iii) os atores com questões como Quem são os atores? Em que lado estão esses atores? Quem são os protagonistas? E os coadjuvantes?”; e (iv) a relação de forças que se dá numa perspectiva dialética.

Vale ressaltar que ambas as sugestões de exercícios fazem com que haja participação dos sujeitos envolvidos na ação. Constata-se que são exercícios que resgatam a história desses sujeitos num dado espaço-tempo e que ajudam a desenhar e até reconhecer a história do próprio movimento.

4.2 Fase Principal

Esta fase compreende as ações prático-educativas desenvolvidas nos processo de formação de educadores e educadoras em ES para a construção do PPP. Nessas ações, a mística de acolhida é uma prática social que une forças de sujeitos disposto à mesma luta de/pela transformação social, pois nasce nos movimentos sociais.

Esse momento simbólico “cumpre um papel estratégico decisivo no desenvolvimento de alternativas emancipatórias gestadas no interior dos movimentos sociais que buscam transformações sociais”. (CORMELATTO, 2010, p. 5). É nesse processo que a prática da mística evidencia seu caráter pedagógico. Ele brota da reflexão crítica do contexto social que, por sua vez, nasce no projeto social alternativo que se está construindo.

Impulsionada pela religiosidade, a mística passou a ser empregada no momento em que os movimentos sociais de luta pela terra se deram conta que ela era o caminho para a busca da unidade. Na mística é feita a apresentação dos participantes que já expõem suas expectativas em relação àquele momento.

A figura 5 destaca simbologias de uma mística de acolhida em uma atividade formativa em ES.

Figura 5 – Mística de acolhida. Foto: arquivo da autora.

Após a mítica, se discute a programação da atividade de formação de educadores e educadoras, planejada anteriormente por uma equipe, e suas possíveis alterações, pois se sabe que um processo inacabado e passível de mudanças. Esse exercício dialógico já vai facilitando a interação dos envolvidos.

Em seguida, os participantes são convidados a criar e constituir equipes autogestionárias, como um modelo de gestão educacional que auxilia no desenvolvimento de atividades.

As equipes autogestionárias podem ser criadas a partir da demanda do evento a ser realizado. Por exemplo, equipe autogestionária de animação ou criatividade ou outras linguagens, memória ou registro ou comunicação, avaliação e projeção e cuidados e infra-estrutura, sendo que para compor uma coordenação é eleito/a um/a participante de cada uma das equipes criadas. A figura 6 mostra a constituição das equipes autogestionárias. Para isso, após o/a facilitador/a trazer subsídios teórico-metodológicos sobre a composição de equipes autogestionárias, cada participante escolhe uma equipe para fazer parte durante a atividade formativa.

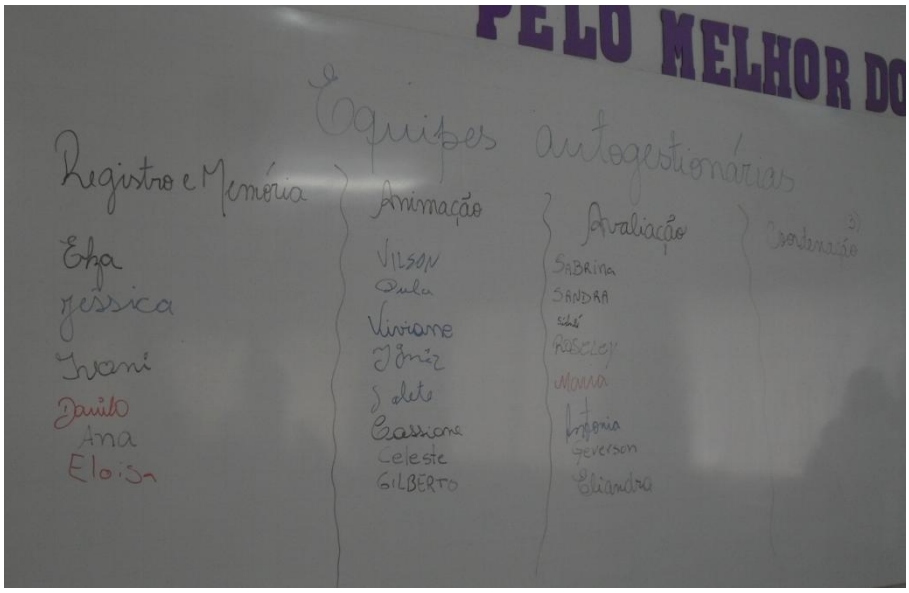


Figura 6 – Composição de equipes autogestionárias. Fonte: arquivo da autora.

A figura 7 mostra a compreensão dos participantes sobre o papel de cada equipe uma vez que essas equipes ajudarão no andamento da atividade.

Figura 7 – Socialização do papel de cada equipe. Fonte: arquivo da autora.

A essas equipes se juntam os coordenadores pedagógicos que organizaram o antes da atividade. Também as equipes planejam o que podem estar trazendo para contribuir e facilitar o andamento da atividade formativa, assim esses educadores e educadoras definem seus papéis como sujeitos ativos colaborando em todas as ações.

O exercício da autogestão exige o trabalho em equipes e permite ao coletivo sentir-se parte do todo e responsável pelo resultado. São sujeitos ativos e não mais passivos como nos eventos formativos tradicionais. Na autogestão essa concepção de passividade deve ser banida, pois todos têm saberes que devem ser socializados, reconstruindo um saber coletivamente. Aliás, no sistema capitalista, o saber é sempre dirigido com interesse e como forma de poder, razão disso que a pedagogia da autogestão é um processo de ensino-aprendizagem contínuo e permanente e de resistência e luta.

4.3 Fase da Ação

Fase em que se discute a concepção de educação para a economia solidária e os princípios metodológicos da pedagogia da autogestão e da autogestão da pedagogia, da educação popular e da pedagogia da alternância.

O pano de fundo nessa etapa está focado nos fundamentos políticos e filosóficos da economia solidária por referir às opções sobre os sujeitos e seu contexto que indicam para um projeto político-social que fundamenta e orienta as ações pedagógicas da educação para o movimento.

Podem ser empregadas metodologias participativas como desenho de mapas, quadros demonstrativos, trabalhos em grupos, cochichos especializados etc. São ferramentas que valorizam o trabalho colaborativo, o diálogo, a interação dos sujeitos e a socialização da síntese.

Para isso sugere-se a leitura de textos de referências e o carrossel pedagógico que é um exercício em que há trabalho em grupos pequenos e socialização em plenária para debate coletivo chegando a um consenso. Cada grupo fica com uma parte do texto para discutir e destacar as ideias principais que devem ser expostas de forma que todos possam visualizar. Em seguida, cada grupo elege um representante para ficar e explicar aos visitantes dos outros grupos o que destacaram do texto. Após são feitas as visitas por tempo cronometrado, em cada um dos grupos, e por meio do diálogo são feitas reflexões sobre as ideias expostas. Quando todos os visitantes tiverem passado em todos os grupos e o momento de todos retornarem para socializar as ideias e desenhar um mapa conceitual ou de ideias, como pode ser visto na figura 8.

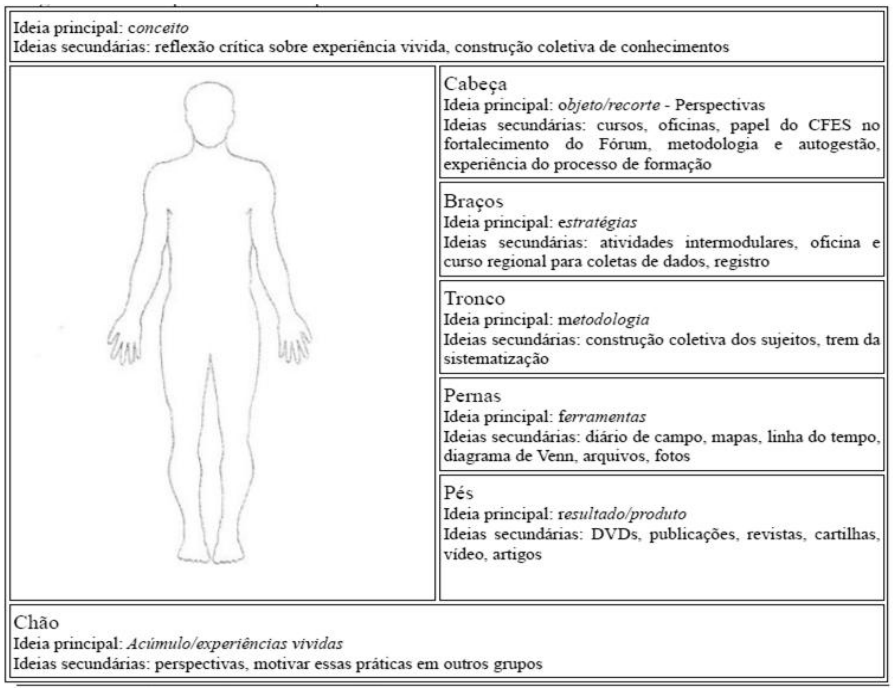


Figura 8 – Exemplo de mapa conceitual realizado em atividade de formação. Fonte: <http://cirandas.net/cfes-nacional/biblioteca-do-cfes/sistematizacao>.

4.4 Fase de Avaliação e Feedback

Etapa em que se dá a socialização das experiências de formação por meio da sistematização e da análise sobre os resultados como estratégia de desenvolvimento e transformação social e na construção do conhecimento crítico-reflexivo. Pode-se contar com o trabalho realizado pelas equipes autogestionárias como subsídios para compor a sistematização de informações e auxílio à reflexão das práticas.

Para realizar a sistematização pode ser usado o método da pesquisa-ação e/ou do trem da sistematização criado pelo coletivo de educadores e educadoras da região sul cuja fundamentação teórico-metodológica se baseia em Oscar Jara e Elza Falkembach. Esse método sugere fases que ajudam a refletir a prática vivida coletivamente.

Importante destacar que as ferramentas das metodologias participativas devem ser flexíveis à realidade e seu desenvolvimento deve estar articulado a um processo educativo.

A experiência em atividades de formação de educadores e educadoras em ES, entre os anos de 2010-2011, foi de embate entre um modelo de educação implantada pelo capitalismo diante um modelo que se traz sob uma perspectiva de diálogo com a participação de todos e todas; que sua gestão educacional seja democrática e autogestionária e valorização da diversidade de saberes e conhecimentos, de raça ou etnia, de classes sociais. Nesses espaços-tempos pode-se extrair que essa proposta de educação popular faz os sujeitos envolvidos se reconhecerem numa mesma luta.

A concepção, o papel e a estratégia da formação de educadores e educadoras em ES tendo a autogestão como princípio educativo e como processo de emancipação social e política são elementos levados em conta para uma discussão sobre a organicidade de uma rede de educadores e educadoras em ES. Percebe-se que essa organicidade se dá por uma identidade comum, por uma luta por um mundo possível, igualitário, solidário e sustentável.

Por fim, os produtos desse processo educativo podem ser de diferentes formas – cartilha, histórias em quadrinhos, vídeo, cordel etc., onde podem estar expressas as experiências de educadores e educadoras em construir o PPP da ES,

pois ele é o documento que norteará todas as ações de um processo de ensino-aprendizagem e deve estar constantemente sendo revisitado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nunca estaremos perdidos, ao contrário, venceremos,
se não tivermos desaprendido a aprender sempre.
(Rosa Luxemburgo.)

O estudo aqui desenvolvido revelou que o movimento da ES tem definido o modelo de educação que quer para uma sociedade mais justa e solidária: uma educação emancipadora que valorize todos os saberes, que permite educadores e educadoras desconstruírem conhecimentos e refletirem sobre as experiências vividas, pois "o homem deve ser sujeito de sua própria educação. Não pode ser objeto dela." (FREIRE, 1988, p. 28).

Desse modo, o próprio movimento desse processo de ensino-aprendizagem coletivo permite planejar e executar ações que possam provocar ação-reflexão-ação capaz de pensar e transformar a própria prática pedagógica. É essa práxis que humaniza os sujeitos mediatizados pelo mundo, através da valorização do ser humano, do diálogo, da cooperação, da solidariedade e do exercício da autogestão.

Para isso, a construção coletiva do PPP permite que cada um possa expressar-se e contribuir para completar a fala do outro, pois o homem, por ser inacabado, está em permanente construção do conhecimento.

> A construção do conhecimento é processo dialógico no qual se realiza coletivamente a **leitura do mundo** e se organiza um conteúdo libertador, em que todos têm o que ensinar e aprender, superando as ideologias que pregam a separação entre o pensar e o agir, entre o conceber e o executar, entre o conhecer e o fazer, enfim, entre o trabalho intelectual e o trabalho manual. (BRASIL, 2010b, p. 29, grifo do autor).

A ES está em busca da concretização dessa ideologia. Um sonho concreto que se efetiva na transformação integral dos sujeitos assim como já se vem desenvolvendo práticas educativas que unificam uma identidade e constroem a sua utopia.

Constatou-se, nesta investigação, que a reflexão sobre a construção do PPP deve levar em conta as especificidades e diversidades dos sujeitos e de seus contextos, isso faz com que educadores e educadoras percebam o sentido político e

social de suas experiências educativas sistematizadas no PPP. Aliás, Freire escreve que no momento em que “o homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e com seu trabalho pode criar um mundo próprio: seu eu e suas circunstâncias”. (FREIRE, 1988, p. 30).

Por isso, faz-se imprescindível, nesse processo construtivo, adotar um modelo de educação que desoculte o que o olhar oculta com a finalidade de formar sujeitos históricos de sua própria transformação social e que propicie com isso a construção de um projeto de sociedade a partir de um modelo de pedagogia como alternativa a ser consolidada pela ES.

Para auxiliar nesse intento, nesta pesquisa foram propostas metodologias participativas, sob a perspectiva da educação emancipadora, como sugestão e orientação para o processo de construção do PPP da ES, no entanto, existem outras ferramentas já experienciadas que podem estar sendo utilizadas nessa construção.

Pertinente reiterar que o PPP deve ser construído de forma participativa por educadores e educadoras na práxis dialética da ação-reflexão-ação, na releitura de mundo, na contextualização histórico-política da ES, enfocando o binômio educação-trabalho, visto como elementos indissociáveis e dialéticos entre si.

Por fim, examinou-se que os referenciais teórico-metodológicos da pesquisa-ação, estudados nesse trabalho investigativo, permitem que a prática pedagógica se defina de forma dialógica, coletiva e democrática. Para isso, além dos parâmetros necessários para a construção do PPP, há encaminhamentos relevantes para a concretização do PPP da ES na prática pedagógica de educadores e educadoras:

- Viabilizar a criação de programas de formação continuada e permanente através de parcerias com instituições de ensino públicas ou com escolas alternativas ou de movimentos;
- Sistematizar todas as práticas pedagógica em ES para educadores e educadoras exerçam o papel de escritores e leitores dessas experiências.

Esta pesquisa, portanto, constitui um pequeno passo de uma longa caminhada que cabe a nós, educadores e educadoras, realizarmos juntos. Aliás,

como educadores e educadoras, somos nosso próprio guia, somos “parteiros[13]” de nossas práticas pedagógicas.

[13] Termo referenciado por Claudio Nascimento no 1º Curso Regional de Formação de Formadores do CFES-Sul realizado em Porto Alegre em junho de 2010 quando discorria sobre o educador popular e seu papel.

REFERÊNCAS

ADAMS, T. **Educação e economia popular solidária**. São Paulo: Ideias & Letras, 2010.

_____; STRECK, D. R. Educação Popular e novas tecnologias. In: **Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 2, p. 119-127, maio/ago, 2010.

ARRUDA, M. **Humanizar o infra-humano**: a formação do ser humano integral: homo evolutivo, práxis e economia solidária, 2003.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **I Conferência Nacional de Economia Solidária**. Brasília: MTE/SENAES, 2006.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Educação em Economia Solidária: Formação e Assessoria Técnica. In: **II Conferência Nacional de Economia Solidária**. Brasília: MTE/SENAES, 2010a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Fundamentos teóricos, orientações e procedimentos metodológicos para a construção de uma pedagogia de ATER**. Brasília: MDA/SAF, 2010b.

BUSSMANN, A. C. O projeto político-pedagógico e a gestão da escola. In: VEIGA, I. P. A. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 28. ed. São Paulo: Papirus, 2010.

CORMELATTO, G. V. **A Dimensão Educativa da Mística na Construção do MST como Sujeito Coletivo.** 2010. 210 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

FALKEMBACH, E. Planejamento Participativo: uma maneira de pensá-lo e encaminhá-lo com base na escola. In: VEIGA, I. P. A. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 28. ed. São Paulo: Papirus, 2010.

FERREIRA, L. S. Gestão da escola: o projeto pedagógico, o trabalho e a profissionalidade dos professores. In: **Educação em Revista**, UNESP, Marília-SP, v.8, n.1, 2007, p. 35-48. Disponível em: Acesso em: 2011.

_____. Gestão do pedagógico: de qual pedagógico se fala? In: **Currículo sem Fronteiras**, v.8, n.2, p.176-189, Jul/Dez 2008.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

GAIGER, L. I.; LAVILLE, J. L. Economia Solidária. In: HESPANHA, P. et al. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra/São Paulo: Almedina, 2009.

GAMBOA, S. A. S. **Análise epistemológica dos métodos na pesquisa educacional:** um estudo sobre as dissertações de mestrado em educação da UnB. Brasília: Faculdade de Educação UnB, 1982.

GANUZA, E. et al. **La Democracia En Acción.** Una visión desde las metodologías participativas. Espanha: Antígona, 2009.

HENZ, C. I. Na escola também se aprende a ser gente. In: HENZ, C. I.; ROSSATO, R. (Org.). **Educação Humanizadora na Sociedade Globalizada**. Santa Maria: Biblos, 2007.

MARTINS, M. de S.; STEZKY, M. I. O Projeto Político Pedagógico e suas contradições. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. 3. 2007, São Luís. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoE/80244ef9f79b820aefa9Mario%20Martins_Martha%20Stezky.pdf>. Acesso em: 10 julho de 2011.

MARQUES, E. G. **Educação Ambiental e Tecnologia Social:** juntas por um desenvolvimento rural sustentável. 2010. 70f. Monografia (Especialização em Educação Ambiental) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

_____. **Blog na Produção Colaborativa em Educação Ambiental**. 2011. 21f. Artigo (Especialização em Mídias na Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

MELO NETO, J. F. de. **Pesquisa-Ação.** Aspectos práticos da pesquisa-ação nos movimentos sociais populares e em extensão popular. Disponível em:<http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/producao_academica/artigos/pa_a_pesquisa_acao.pdf>. Acesso em: 20 out. 2010.

OLIVEIRA, M. B. de, et al. **Educação Popular e diagnóstico participativo.** Construindo a Segurança Alimentar e Nutricional em Acampamentos e Assentamentos de Reforma Agrária. Minas Gerais: Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais/Movimento do Graal no Brasil, 2003.

REDE DE EDUCAÇÃO CIDADÃ – RECID. **Compreendendo o Poder Popular.** s.d. Disponível em: <www.recid.org.br/comunicoteca/item/download/30.html>. Acesso em: 08 julho 2011.

WIRTH, I. G.; FRAGA, L.; NOVAES, H. T. Educação, Trabalho e Autogestão: limites e possibilidades da economia solidária. In: BATISTA, E. L.; NOVAES, H. T. (Org.). **Trabalho, Educação e Reprodução Social**: as contradições do capital no século XXI. Bauru, São Paulo: Canal 6, 2011.

SANTIAGO, A. R. F. Projeto político-pedagógico da escola: desafio à organização dos educadores. In: VEIGA, I. P. A. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 28. ed. São Paulo: Papirus, 2010.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, H. J. de. **Como se faz análise de conjuntura.** 31. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

THIOLLENT, M. **Pesquisa-Ação em Organizações**. São Paulo: Atlas, 1997.

_____. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TIRIBA, L. 2007. Educação Popular e Pedagogia(s) da Produção Associada. In: **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 27, n. 71, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 6 mai. 2011.

VEIGA, I. P. A. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 28. ed. São Paulo: Papirus, 2010.

_____. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, I. P. A. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 28. ed. São Paulo: Papirus, 2010.